

Introdução

L'oubli, et je dirait même l'erreur historique, sont un facteur essentiel de la formation d'une nation, et c'est ainsi que le progrès des études historiques est souvent pour la nationalité un danger. L'investigation historique, en effet, remet en lumière les faits de violence qui se sont passés à l'origine de toutes les formations politiques.

Ernest Renan

Uma das ideias que com êxito foi inscrita no senso comum contemporâneo é a de que as nações (ou mais cautelosamente as sociedades) naturalmente se defendem e que para esse efeito os seus membros aceitam, ainda que frequentemente com alguma relutância, a direcção social e política existente, bem como as imposições que esta apresenta. Haveria um reconhecimento do estado de necessidade a partir de um impulso próprio e íntimo dos indivíduos como um estado que se encontra presente ou que está próximo como uma ameaça.

Uma versão portuguesa desta mitologia de inspiração nacionalista é a das ordenanças e de uma mobilização miliciana em vários períodos da história do reino de Portugal desde o século XVI. Traduziria essa disponibilidade natural para se submeter à autoridade quando estava em causa a sobrevivência da comunidade.

Este livro, porém, contraria estas ideias.

A interpretação nacionalista do patriotismo apropria-se da imagem própria deste enquanto apego à terra e à defesa da família, dos próximos e da memória dos antepassados, ao mesmo tempo que oculta que, na prática, as exigências da criação do Estado nacional se afirmaram através da destruição do patriotismo enquanto quadro de socialização e de acção de uma autoridade paternal e de protecção comunitária. O patriotismo, na versão nacionalista, é aquilo

que os governantes e candidatos a dirigentes quereriam que fosse. Na realidade, a formação de um exército à escala do reino era percebido como um conjunto de actos de violência que se podiam equiparar aos efeitos da agressão de um exército vindo de fora do reino e contra a qual se mobilizavam todos os meios. Aos agentes recrutadores ficava apenas a possibilidade de levantarem os homens que estavam desprotegidos. Por outro lado, os homens nobres (ou que se queriam nobilitar) que ocupavam os postos de oficiais não se dedicavam à criação da disciplina que a doutrina consagrava para as forças bélicas.

Partindo da campanha de 1762, episódio que corresponde à inesperada participação de Portugal na Guerra dos Sete Anos, evidenciam-se as limitações das cantadas reformas militares do conde de Lippe e os limites sociais da acção de afirmação da autoridade política do governo do marquês de Pombal.

A relação entre os homens e a autoridade fundava-se na capacidade desta em perdoar o sistemático incumprimento das regras, nomeadamente a deserção endémica, e renovar desse modo os laços próprios da benevolência paternal. Não se tratava de um Estado imperfeito, mas do exercício do modo «pseudopastoral» de governo dos homens.

O centro da investigação aqui desenvolvida é a insubmissão. Uma insubmissão que não se manifesta predominantemente através de actos de revolta, acções de rejeição violenta de ordens, momentos de um conflito aberto entre os de «cima» e os de «baixo», mas sobretudo através dos incumprimentos próprios de uma aversão e de uma inconformidade dos comportamentos sociais face aos constrangimentos do estilo militar, incumprimentos que irrompiam das variadas formas que irão sendo referidas.

Por estilo militar designa-se aqui um campo normativo, não apenas presente no que se encontra explicitado nos regulamentos e nas leis especificamente militares, no âmbito «nacional», mas também numa tradição específica – que era europeia – de governo dos homens nesse domínio excepcional que é o da guerra.

Desta inconformidade se deve concluir:

- 1) que não havia um mecanismo disciplinar que nascesse espontaneamente (ou seja, «internamente») de um sentimento de comunhão nacional ameaçada e que sustentasse a organização de uma força militar e;

- 2) que não existia um centro administrativo, a partir de cujas ordens e respectiva rede de aplicação se levantasse uma força permanente capaz de se manter reunida de acordo com as regras propriamente militares.

Na sociedade que aqui se apresenta as acções dos seus membros detectadas ao longo desta investigação não são explicadas pelo nacionalismo nem pela autoridade do Estado como centro administrativo.